



# DIÁRIO

# República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 105

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 07 DE SETEMBRO DE 1984

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 252ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1984

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO PAULO LUSTOSA** — Desafios que encontrará o Sr. Tancredo Neves, caso eleito Presidente da República.

**DEPUTADO FRANCISCO DIAS** — Eleições diretas. Apelo ao Presidente do Congresso Nacional, no sentido de incluir em Ordem do Dia, a Emenda Theodoro Mendes.

**DEPUTADO JOSÉ FREJAT** — Uso indiscriminado de agrotóxicos.

**DEPUTADO HERMES ZANETI** — Observações sobre reportagem publicada na revista *Veja*, a respeito de viagem realizada pela Srª Dulce Figueiredo. Pedido de impedimento do Presidente da República, formulado por S. Exª e pelo Senador João Calmon.

**DEPUTADO JOÃO BASTOS** — Falta de credibilidade popular no Sistema Financeiro da Habitação.

**DEPUTADO ANTÔNIO AMARAL** — Críticas a declarações do Sr. Antônio Carlos Magalhães, em consequência do discurso pronunciado pelo Ministro Délio Jardim de Mattos, quando da inauguração do Aeroporto Internacional de Salvador.

**DEPUTADA LÚCIA VIVEIROS** — Transcrição de artigo publicado na revista *O Bancário*.

**DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO**, como Líder do PT — Política educacional universitária brasileira. Impedimento do Presidente da República.

**DEPUTADO DJALMA BESSA**, como Líder do PDS — Observações aos discursos pronunciados pe-

los Srs. Hermes Zaneti e José Genoíno, na presente sessão.

**DEPUTADO SINVAL GUAZZELLI**, como Líder do PMDB — Reparos ao discurso do orador que o precedeu na tribuna.

**DEPUTADO JACQUES D'ORNELLAS**, como Líder do PDT — Momento político brasileiro.

##### 1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

##### 1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 1.3 — ENCERRAMENTO

#### 2 — ATA DA 253ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1984

##### 2.1 — ABERTURA

##### 2.2 — EXPEDIENTE

##### 2.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO ELQUISSON SOARES** — Solicitação à Presidência, no sentido de que diligencie junto à Receita Federal, em favor da liberação das restituições do imposto de renda dos servidores da Câmara e do Senado. Solidariedade da família do ex-Presidente João Goulart à candidatura do Sr. Tancredo Neves. Visita de D. Yolanda Costa e Silva ao Sr. Paulo Maluf, candidato do PDS à sucessão presidencial.

**DEPUTADO JACKSON BARRETO** — Apoio de D. Sarah Kubitschek ao candidato do PMDB à Presidência da República, Sr. Tancredo Neves. Artigo

publicado pelo *Jornal de Sergipe*, intitulado "João, ouça o povo".

**DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA** — Considerações sobre o alongamento do prazo estipulado pelo Presidente do Senado, Senador Moacyr Dalla, para uma decisão sobre o destino da Emenda Theodoro Mendes.

**DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO** — Solicitando à Mesa, esclarecimentos sobre o pagamento de subsídios aos Deputados e Senadores, tendo em vista a freqüente suspensão das sessões por falta de **quorum**. Críticas às medidas adotadas pelos Ministros da área econômica, no tocante à diminuição do crédito rural.

##### 2.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Elquisson Soares e acolhida pela Presidência, relativamente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

##### 2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

##### 2.3 — ENCERRAMENTO

#### 3 — ATA DA 254ª SESSÃO CONJUNTA, EM 6 DE SETEMBRO DE 1984

##### 3.1 — ABERTURA

##### 3.1.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Elquisson Soares e acolhida pela Presidência atinente à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

##### 3.1.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

##### 3.2 — ENCERRAMENTO.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre .....	Cr\$ 3.000,00
Ano .....	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

## Ata da 252ª Sessão Conjunta, em 6 de setembro de 1984

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

## Presidência do Sr. Raimundo Parente

## ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — João Lúcio — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Gastão Müller — José Fragelli — Afonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

## E OS SRS. DEPUTADOS:

## Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

## Amazonas

José Fernandes — PDS; Mário Frota — PMDB; Randalfo Bittencourt — PMDB.

## Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

## Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

## Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS.

## Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Wall Ferraz — PMDB.

## Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

## Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Vingt Rosado — PDS.

## Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

## Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Mansueto de Lavour — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

## Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

## Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

## Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares —

PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

## Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

## Rio de Janeiro

Agnaldo Timóteo — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Francis Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

## Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

## São Paulo

Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; João Basto — PMDB; João Hermann Neto — PMDB; José Geonoino — PT; Salles Leite — PDS; Samir Achóa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Ibsen de Castro — PDS; João Divino — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

**Mato Grosso**

Bento Portó — PDS; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Italo Conti — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 138 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

**O SR. PAULO LUSTOSA** (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vimos nos batendo junto àqueles que coordenam a campanha do ex-Governador Tancredo Neves, no sentido de organizar um amplo debate a nível nacional, para que o programa de governo de S. Ex.<sup>a</sup> surja da vontade popular, tenha a sua adesão, tenha o comprometimento desta vontade popular, que o legitimará e permitirá, desta forma, fugirmos a todos os atos autoritários que vimos experimentando nos últimos anos em que alguns acadêmicos, alguns tecnocratas montavam aquilo que seriam as aspirações, os ideais e os interesses maiores da comunidade, sem auscultá-la e de forma extremamente imperativa, de cima para baixo, e definiu, assim, os rumos e os caminhos para a sociedade brasileira.

Achamos que o futuro Presidente Tancredo Neves — e Deus nos permita tê-lo à frente do comando do País — deverá enfrentar sérios e pesados desafios no início do seu governo.

Pelo menos cinco grandes desafios nós gostaríamos de colocá-los aqui rapidamente. Primeiro, um ordenamento jurídico constitucional, pelo menos temporário, para antes da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, permitir que o País possa organizar-se e tomar suas ações e decisões nos vários campos econômico, social e político.

Até proporíamos, como uma forma de provocação do debate, que S. Ex.<sup>a</sup> discutisse a possibilidade de restabelecer ou reingressar a Constituição de 67, que não seria uma constituição ideal, mas uma constituição relativamente boa, e embutir nessa Constituição pelo menos quatro novos itens, que seriam as eleições diretas em todos os níveis, algumas prerrogativas fundamentais do Congresso Nacional, alguns predicamentos da magistratura e uma rápida reforma tributária, capaz de dar um pouco de autonomia financeira e tributária a Estados e Municípios. Além disso, nesse reordenamento jurídico-constitucional uma revisão de algumas leis ordinárias, como a Lei de Organização Partidária, a Lei da Organização Sindical, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, que seriam alguns instrumentos legais fundamentais a serem revistos, como uma forma de preparar a base jurídico-constitucional capaz de começar a fazer com que o País, mais oxigenado, estabeleça novos relacionamentos mais livres, mais democráticos, e abra caminho à participação popular nas decisões nacionais.

No que diz respeito à área econômica, gostaríamos de sugerir essa reativação cautelosa da economia nacional, fundamentalmente apoiada em três compromissos adicionais; que a reativação se fizesse com a preocupação dramática em termos de geração de empregos, com o controle da inflação e com a redução de possíveis desigualdades sociais que se criassem. Aí, nessa reativação cautelosa, o apoio fundamental ao mercado interno inclusive através da revisão da política salarial em todos os níveis, tanto para os trabalhadores privados como públicos; o apoio à produção de alimentos em bases familiares, o apoio direto às micros e pequenas empresas e o apoio à construção civil seriam um caminho para essa reativação.

No que diz respeito à inflação, pelo menos três grandes desafios o Dr. Tancredo Neves deverá enfrentar no início do seu governo, que seria a forma de pagar uma parcela substancial da dívida interna, e inclusive se poderia abrir um amplo debate nacional em torno disso; o controle dos buracos, dos déficits profundos das estatais, controlando efetivamente seus orçamentos e estabelecendo critérios para que a venda de serviços não fosse fixada ao bel-prazer dos dirigentes dessas estatais que, no caso das indústrias de telecomunicação, fixam tarifas, diminuem impulsos e fazem uma série das manipulações que elevam dramaticamente, acima dos índices de inflação, as próprias tarifas telefônicas.

Outra preocupação fundamental no controle da inflação seria a desindexação paulatina e desdolarização dos juros e alguns mecanismos de proteção à poupança.

Para concluir, Sr. Presidente, sugerimos também ao próprio Governador Tancredo Neves e àqueles que respondem pela organização do seu programa, que estabelecessem duas linhas de preocupações fundamentais que representam dois grandes pesadelos nacionais. A primeira seria um programa emergencial, principalmente destinado a determinados bolsões dramáticos de inquietação e de tensão social, um programa emergencial para melhorar os níveis de emprego, até emprego emergencial, para garantir níveis nutricionais de alimentação mais adequada às populações altamente carentes e rever todo o esquema, hoje, extremamente esfacelado, comprometido, de saúde e assistência médica e hospitalar.

Finalmente, para concluir, Sr. Presidente, dois outros grandes desafios urgentíssimos caberiam ao novo Governo, o de estabelecer saídas, e existem saídas adequadas para tanto. Uma delas é relacionada ao Sistema Financeiro da Habitação, não só o que está aí, mas para que se abram perspectivas de criação de novos caminhos. Para

que se restabeleça, a casa, como um direito social do cidadão, e não como um grande pesadelo nacional! Outra saída seria uma revisão tremenda daquilo que é um outro problema gravíssimo nacional: do Sistema Previdenciário e Assistência Médica.

Dentro dessas linhas que gostaríamos numa outra oportunidade, de desenvolver com maiores detalhes, queremos mais uma vez insistir para que a coordenação da campanha do Dr. Tancredo Neves estabelecesse o princípio de fazer o seu programa nas ruas, ou seja, o povo faz o programa de Governo. Levar isto para um debate amplo a nível nacional, com alguns ordenamentos, comandando esse debate por parlamentares desta Casa que poderiam levar e mobilizar a sociedade civil brasileira, para que tenhamos um Governo efetivamente democrático, participativo, e que mudem os hábitos que têm sido estabelecidos todos esses anos do autoritarismo das idéias, da ditadura das aspirações, da imposição das vontades populares, por cima de Brasília, em função das idéias de alguns iluminados, de alguns tecnocratas e de alguns acadêmicos!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente! (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

**O SR. FRANCISCO DIAS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Peço a transcrição de uma matéria relacionada com as "Diretas". Acredito nas "Diretas"! E faço, aqui, um apelo ao Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, nosso colega Senador Moacyr Dalla, no sentido de atender aos anseios nacionais e imediatamente colocar em votação, ou designar a data para votação da mesma, por ser este o anseio, o desejo e a vontade, não somente dos políticos mas, principalmente, da Nação brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Mais uma vez somos chamados a conciliar os interesses da sociedade civil com os da Nação. Não há porque discutir-se filigranas jurídicas, quando o que está em jogo é a decisão política que possibilitará a complementação da abertura política que o povo conquistou e está a exigir uma definição do Congresso Nacional.

Pesquisas de opinião pública, como é o caso da pesquisa Gallup, divulgadas no final da semana passada, mostram que mesmo com a não aprovação da emenda Dante de Oliveira e ainda considerando as candidaturas do Governo e da Oposição para a sucessão presidencial, esses dois episódios não arrefeceram o ânimo da população pelas eleições diretas, como lembra o **Jornal da Tarde**, do dia 1º deste mês, havendo apenas baixado o índice dos que acreditavam nas eleições diretas de 40% a 46% (na época da mobilização popular pelas eleições diretas já) para 37%, no mês de agosto passado. Porém, a mesma pesquisa, de acordo com a mesma fonte, confirma "a preferência da esmagadora maioria da população pelas diretas", preferência que se manteve "estável entre janeiro e agosto deste ano, com o percentual oscilando sempre entre 78% e 81%". O vespertino paulista, citando o Gallup, acentua: "os dados evolutivos mostram grande estabilidade" da preferência pelas diretas.

Essa mesma preferência (já demonstrada por mais de 23 milhões de pessoas nas praças públicas), conforme se pode verificar através da matéria assinada por Clóvis Rossi na **Folha de São Paulo**, do último domingo, as entidades civis ouvidas pela reportagem do matutino paulista mostraram-se favoráveis às eleições diretas para Presidente da República, como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil, da Comissão de Justiça e Paz, da Associação Médica Brasileira, da Central Única de Trabalhadores, da Associação Brasileira de Imprensa, enfim, de entidades representativas de dentistas, economistas, médicos, advogados e outros profissionais liberais e de trabalhadores, bem como a Sociedade Brasileira para

o Progresso da Ciência e muitos outros órgãos representativos de classe, o que vale dizer, toda a população brasileira insiste nas eleições diretas. De igual maneira, organismos religiosos, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Congregação Israelita Paulista e o pastor presbiteriano Jaime Wright, que trabalha ligado ao Conselho Mundial das Igrejas, além de todos os evangélicos do Brasil ligados a outros organismos, manifestando-se favoravelmente à normalização democrática.

O que ainda aguarda o Congresso Nacional para restituir o legítimo direito dos brasileiros de escolherem o Presidente da República? A proposta de emenda constitucional do Deputado Theodoro Mendes, com eleições em dois turnos, só se assemelha com a emenda apresentada pelo Deputado Dante de Oliveira no que concerne à escolha direta pelo povo, ou seja, enquanto a Dante de Oliveira estabelecia as "diretas já", a Theodoro Mendes prevê diretas para o Presidente da República com a maioria absoluta de votos. Neste caso, dar-se-á um segundo turno caso nenhum dos candidatos consiga a maioria no primeiro, concorrendo, então os dois mais votados. Por sua vez, o eminente Presidente do Congresso Nacional, que pediu prazo de uma semana para colocar ou não em pauta a emenda Theodoro Mendes, já possui parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Submeter a matéria à igualmente douta Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, como pretendem alguns parlamentares alegando, para tanto, infringência do Regimento Comum, é simplesmente uma medida procrastinadora daqueles que se opõem à esmagadora maioria da vontade popular, quando se sabe que a Comissão de Justiça da Câmara, em nenhuma hipótese, se decidirá de forma divergente da do Senado Federal.

Se ainda persistir alguma dúvida na atitude a ser tomada pelo ilustre Senador Moacyr Dalla, acreditamos que a sua formação democrática, sua conduta irreprochável de homem público, sempre eleito pelo voto do povo, leva-lo-á por certo, como disse o Senador Itamar Franco, a decidir "pela Nação e pelo povo".

Não temos nenhuma dúvida que o nobre representante do Estado do Espírito Santo, de cuja vontade pessoal dependerá a tramitação da proposta Theodoro Mendes, jamais se submeterá a quaisquer tipos de pressões, agindo conforme sua consciência e em conformidade com seu passado político, sua formação jurídica e seus princípios democráticos.

É, como todos reconhecem, uma postura de magistrado a ser assumida pelo nobre Senador Moacyr Dalla, como muito bem assinalou o jornalista Haroldo Cerqueira Lima, da sucursal de Brasília, da *Folha de S. Paulo*, edição do último domingo, que permitimo-nos transcrever:

"Nessa postura de magistrado, Dalla assume integral responsabilidade pelo ato político e, por isso mesmo, coloca-se diante da história não mais como observador privilegiado, mas como um dos elementos que determinam o registro dos grandes fatos políticos de uma Nação. Ele passa a ter diante de si a rara oportunidade de somar seu nome à galeria dos homens públicos que ajudaram a fazer os momentos de grandeza da história política Contemporânea."

Conclui, o arguto jornalista:

"Como Petrônio Portesla e Nilo Coêlho, o Senador capixaba está vivendo aquele momento crucial em que o político responsável é obrigado a abrir mão de posições e até de interesses pessoais para deliberar em consonância com o que há de mais importante, que é a aspiração nacional".

Estamos certos: o ilustre e eminente Presidente do Congresso Nacional não deixará de atender aos reclamos de 130 milhões de brasileiros.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

**O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O problema dos agrotóxicos tem uma relevância muito grande, pela sua extensão e pelo perigo que representa para o nosso País.

Hoje as multinacionais dominam o fabrico e a comercialização dos agrotóxicos e estão impondo os agrotóxicos no Brasil que hoje é o terceiro País do mundo consumidor de agrotóxicos. Nós estamos com os agrotóxicos esterilizando as terras e contaminando a nossa alimentação. Hoje estamos consumindo agrotóxicos através da alface, da cenoura, da soja, da maçã, do morango, da batata e em todas as formas de alimentação, através da água, contaminando os lençóis freáticos, os rios e dizimando as florestas. Nós vemos aí o que foi o desastre de Tucuruí, a irresponsabilidade das autoridades da ELETRONORTE e que estão fazendo isso em outras hidroelétricas que estão construindo na Amazônia.

Quer dizer, aquele projeto dos grandes lagos, que o Instituto Hudson projetou, está se efetivando no Brasil depois do repúdio da consciência Nacional, através dos projetos das hidroelétricas, onde não há nenhum estudo, nenhum levantamento das matas, nenhum levantamento do acervo das madeiras ali existentes e das repercussões na natureza.

Hoje, Sr. Presidente, os países ricos e poderosos não precisam mais mandar suas tropas para dominar os países do terceiro mundo, através da dominação econômica, das multinacionais, eles fazem essa dominação no setor político, no setor governamental, no setor de segurança nacional, no setor administrativo, no setor empresarial. É assim que as multinacionais, hoje, dominam a nossa economia, dominam países do Terceiro mundo.

Sabemos hoje que através da genética das sementes as multinacionais estão querendo controlar a alimentação no mundo inteiro. Elas já produzem as sementes, geneticamente, inserindo nelas os pesticidas para evitar as pragas, o que na verdade não ocorre, as pragas virão mais ainda porque essas plantas ficam enfraquecidas pelos pesticidas. E, através dessa genética das sementes, são eliminadas as plantas silvestres, porque o trigo, a cevada ou qualquer outro tipo de plantação têm dezenas de espécies e essas espécies silvestres são eliminadas pelo seu não uso e passaremos a depender das multinacionais que venderão as suas sementes geneticamente produzidas para contaminar a humanidade.

Esta é a situação em que estamos: através da aplicação dos agrotóxicos se eliminam os microorganismos existentes na terra: a minhoca, o sapo e outros elementos vivos que são necessários para a colheita, para o crescimento das plantas e são eliminados. Contamina-se a água e nós comemos todos esses alimentos já contaminados.

Mais de 228 milhões de quilos de agrotóxicos foram espalhados no Brasil no ano de 79. E a revista *Farm Clerical*, dos Estados Unidos, previa que em 79, o Brasil, nos 5 anos seguintes teria o maior aumento de consumo de agrotóxicos do mundo e isso está realmente se realizando. Nós importamos em 83 500 milhões de dólares de agrotóxicos.

Há uma relação muito séria no balanço de pagamento e as multinacionais têm sérios aliados aqui no Ministério da Agricultura e na EMBRAPA; tanto o Ministério da Agricultura como o Presidente da EMBRAPA são advogados dos agrotóxicos, são defensores dos agrotóxicos e estão nessa tarefa, evidentemente, contra os interesses Nacionais e contra os interesses da saúde do povo brasileiro.

Nós não precisamos de agrotóxicos; não se tem que fazer receituário para controle de agrotóxicos. Tem-se que eliminar a fabricação do agrotóxico, porque não é possí-

vel que a natureza fosse tão madrastra que impedisse a plantação de vicejar se não tivesse o agrotóxico. Há milhares de anos que a humanidade vem plantando e consumindo sua alimentação com adubo natural. E a natureza, na sua sabedoria, proporciona isso ao homem. Não é com os agrotóxicos que iremos aumentar a produção; pelo contrário, ela tem diminuído na sua relação de metro quadrado de área cultivada, e cada vez mais haverá menos produção, e ficaremos mais na dependência das multinacionais e escravos dos interesses alienígenas.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente)** — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hermes Zaneti.

**O SR. HERMES ZANETI (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho em minhas mãos a revista *Veja*, desta semana, que traz uma reportagem, eu diria estardalecedora, para um país onde milhões de pessoas estão desempregadas, milhões de pessoas passam fome, com professores recebendo nas salas de aula crianças que se alimentam de bolinhos de papel-jornal, em Porto Alegre. Somos um País cuja expressiva maioria da população vive no mais absoluto estado de miséria.

É neste País, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a Primeira-dama, Sr<sup>a</sup> Dulce Figueiredo, tomou o avião da Presidência da República, foi ao Rio de Janeiro deslocou-se para São Paulo, voltou ao Rio de Janeiro, com uma comitiva, — e é de estarrecer! — que junto dela estava a Dona Léa Leal, Presidenta da LBA — Legião Brasileira de Assistência Para dar assistência a quem? À Dona Dulce Figueiredo.

Pois vejamos, Srs. Congressistas, só as diárias da comitiva. 25 milhões de cruzeiros e o *Boeing* presidencial, o *Boeing* que deveria ser usado pelo Senhor Presidente da República para tomar conhecimento do drama que vive o povo brasileiro, este *Boeing* foi usado pela Primeira Dama, para passear, Sr. Presidente! Estes são os derradeiros momentos de um Governo. Esta gente foi longe demais: pisoteou o povo. Esta gente foi longe demais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Este Congresso tem que dar um basta a isto ou as nossas cabeças rolarão juntas, porque o povo faminto não pode mais agüentar a tanto desmando, a tanta bandalheira, a tanta corrupção.

Ontem, Sr. Presidente, junto com o eminente Senador João Calmon, entreguei ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Flávio Marçílio, um pedido de impedimento do Senhor Presidente da República. Este pedido de impedimento, Sr. Presidente, funda-se no art. 82 da Constituição, o qual este Congresso também apreendeu, em que diz que "são crimes de responsabilidade os atos do Presidente que atentarem contra a Constituição Federal". E no item VI, da Lei orçamentária.

O artigo 83, Sr. Presidente, diz que o Presidente, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação, pelo voto de dois terços de seus membros, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes comuns ou, como é este caso, perante o Senado Federal: nos de responsabilidade. Declarada procedente a acusação, o Presidente ficará suspenso de suas funções. E o prazo para este processo, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, 4 é de sessenta dias.

Por que este pedido, Sr. Presidente? Porque este Congresso, em novembro de 83, aprovou a emenda do eminente Senador João Calmon e até agora esta emenda não está sendo cumprida pelo Governo Federal. O Governo Federal não destinou os 13% da Receita de impostos que, no mínimo, deveria destinar à Educação.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este Governo tem raiva de que as pessoas saibam, tem raiva de que as pessoas pensem, meu caro Deputado Francisco Dias. V. Ex<sup>a</sup> também, como nós é um batalhador da Educação, como o Deputado João Basto e tantos outros desta Casa. Temos de ter consciência de que este Governo não quer que

as pessoas leiam, porque se as pessoas lêem, pensam, tomam conhecimento das bandalheiras que este Governo pratica.

Este Congresso está posto num desafio: ou exige respeito às suas decisões, e agora tem na mão o poder real de declarar o impedimento do Senhor Presidente da República, ou fica desmoralizado, porque é tão criminoso quem pratica o crime como quem se omite de apurá-lo. Este Congresso está neste desafio. Deve apurar esta denúncia, deve decretar o impedimento do Senhor Presidente da República para que recuperemos a seriedade, a honradez, a respeitabilidade desta Nação, que já não tem mais em quem acreditar, que já não tem mais porque ter confiança nos homens públicos.

Trago aqui este apelo, para este Congresso, no meio dos escombros da Nação que se levanta e faça este povo sentir esperança, a verdadeira esperança, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Não a esperança de quem espera sentado, mas a esperança de quem assume uma atitude construtiva, positiva e de quem está disposto a virar a mesa.

Chega de bandalheira, Sr. Presidente, Srs. Congressistas. Ou nós rolaremos juntos, ou assumimos altivamente a nossa responsabilidade de dar uma condução política a uma Nação que está atirada às traças. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Bastos.

**O SR. JOÃO BASTOS** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

**Ementa:** — “Tece críticas ao Sistema Financeiro de Habitação”.

Vários parlamentares, companheiros nossos, têm passado por esta tribuna e afirmado que o País vive uma crise de credibilidades. O Governo e o sistema, instalados em 1964, perderam totalmente a confiança da Nação. A crise de credibilidade atinge e afeta, invariável e inquestionavelmente, todos os setores do Governo.

Quero trazer a esta Casa o testemunho de quem constata esta crise de credibilidade no terreno habitacional. O Sistema Financeiro de Habitação perdeu a confiança do povo.

Em Cruzeiro, Estado de São Paulo, Município, que se situa a meio caminho entre São Paulo e Rio de Janeiro, que está na região mais desenvolvida, mais industrializada do País, o Vale do Paraíba, a ex-CODESPAULO, hoje CDH — Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo, construiu 772 casas populares. Essas moradias populares encontram-se concluídas, prontas para serem habitadas. Foram 772 casas construídas para famílias de baixa renda. Dizia-me o Prefeito de Cruzeiro, ainda na semana passada, que nenhuma sequer das 772 casas, conseguiu ser comercializada até hoje. O povo, como diz o caipira, tem verdadeira **paúra** do BNH, possui verdadeiro pavor da sistemática existente hoje dentro do Sistema Financeiro de Habitação. O sonho da casa própria neste País transformou-se em pesadelo. É chegado o momento, é chegada a hora de nos preocuparmos em restaurar esta credibilidade. Não é por outro motivo que nós, oposicionistas, aliados aos companheiros da Frente Liberal, do PDS, nos posicionamos ao lado de Tancredo Neves, vale dizer contra, diametralmente contra, o Sr. Paulo Salim Maluf. Por que? Porque Tancredo Neves, pelo seu passado, pelo seu presente, pela sua postura, significa a esperança que o povo brasileiro tem de ver restaurada a credibilidade dentro do Governo Federal.

É preciso que o povo readquirir confiança no governo da Nação.

Por outro lado, Paulo Maluf significa a desesperança, o descrédito; significa a não possibilidade de restauração desta credibilidade. É preciso que mudemos, é preciso que essa esperança comece a se vislumbrar de maneira concreta diante de todos nós, para que se reforme literal-

mente este País, inclusive, para que o Sistema Financeiro de Habitação volte a merecer a confiança do povo.

**Enfatizo:** trago esta denúncia que é grave: 772 casas não são comercializadas porque o povo não tem confiança no Sistema Financeiro de Habitação!

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, patrioticamente reafirmamos: é preciso mudar para que, através de nossas atitudes, de nossos atos, de nosso esforço, possamos vislumbrar um futuro um pouquinho melhor para nossos filhos, para nossos netos, para os nossos pósteros, enfim. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Amaral.

**O SR. ANTÔNIO AMARAL** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Venho registrar, aqui, Sr. Presidente, a minha opinião, sobre o que está ocorrendo, sobre o posicionamento do ex-Governador Antônio Carlos Magalhães. É lamentável que, por ocasião da festa de inauguração do aeroporto baiano, o Sr. Antônio Carlos Magalhães se aproveite de um discurso do Ministro da Aeronáutica, feito de acordo com as observações que S.Ex.<sup>a</sup> fez sobre a situação. E o Sr. Antônio Carlos Magalhães pegou a carapuça, enfiou-a até o pescoço, mas não teve a coragem total e absoluta de se dirigir ao Ministro da Aeronáutica e agredi-lo, se é que ele tinha essa disposição. O seu caráter é sempre esse, de agressão e de ofensa, atingindo a dignidade das pessoas, mas não teve a coragem de assentar a carga total de sua metralhadora para o Ministro ou para o Presidente da República. Pegou um convidado da Presidência da República para atingir o Governador Paulo Maluf, acusando-o de corrupto, o que não é justo, o que não é correto, porque este País inteiro tem conhecimento de que, ainda em plena vigência do AI-5, o Sr. Paulo Maluf enfrentou a situação naquela época e teve, naturalmente, vasculhada a sua vida, como era próprio do sistema, antes de qualquer governador assumir. E nada se encontrou que pudesse evitar a sua posse no Governo de São Paulo, prova evidente de que não havia nada contra este homem. E ele assumiu o Governo de São Paulo. Em seguida, o atual Governador de São Paulo parou o Brasil para vasculhar, novamente, a vida de Paulo Maluf, abrindo inquérito por decreto — coisa que nunca se viu neste País — em todas as Secretarias de São Paulo. Nada encontrou e Paulo Maluf hoje é candidato.

O que se verifica? Que a coragem, a valentia e a bravata do Sr. Antônio Carlos Magalhães não é tão grande, porque ele desviou a sua metralhadora para cima de Paulo Maluf, quando devia ter permanecido com a tônica do discurso do Ministro da Aeronáutica.

Sr. Presidente, o que eu sinto, no que eu acredito é que está acontecendo aquela estória que sempre se conta de que, quando o navio está para ser desativado, os ratos são os primeiros a o abandonarem.

O que se verifica é que o Sr. Antônio Carlos Magalhães está vendo que o Governo está terminando — dentro de seis meses termina o mandato de João Figueiredo — e já está ocupando espaço em outra embarcação, ao lado do Sr. Tancredo Neves. Ele que siga o seu destino. Mas que a sua coragem não seja diminuída, e que a sua metralhadora seja arrestada para aquele que ele quer atingir, realmente — mas lhe falta um pouco de coragem — o Ministro da Aeronáutica, que é o seu grande inimigo hoje. No entanto, foi atingir a um convidado do Governo, Paulo Maluf, acusando-o de corrupção. Este País já está acostumado a ver processos e mais processos contra o governador Paulo Maluf e nenhum até hoje conseguiu chegar ao fim, porque nada existe de real, senão difamações, injúrias e calúnias contra esse homem público, que é o grande temor das Oposições. É o medo que se apossou das Oposições com a caminhada de Paulo Maluf à Presidência da República. A prova evidente, Sr. Presidente, é que até a presente data o Sr. Tancredo Ne-

ves ainda não aceitou o debate com Paulo Maluf. A TV-Manchete marcou esse debate para o dia nove, o dia nove se aproxima e a cadeira de Tancredo estará vazia, se a TV-Manchete puser no ar o programa.

E o povo que quer assistir a esse debate, tenho certeza, Sr. Presidente, não vai ter essa oportunidade, porque conversei com um dos parlamentares ligado ao Sr. Tancredo Neves que declarou: “Seria loucura Tancredo Neves ir para um debate na televisão, porque o serviço de assessoria técnica de televisão do Sr. Tancredo Neves reconhece que o Tancredo não tem condição de debater com o Sr. Paulo Maluf, já que a sua condição mental é muito fraca”.

Muito obrigado Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra à nobre Deputada Lúcia Viveiros.

**A SRA. LUCIA VIVEIROS** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Leio, para transcrição nos Anais desta Casa, um artigo recentemente publicado na revista **O Bancário**, do Pará, que melhor do que eu expressa o que está ocorrendo naquele infeliz Estado da Federação brasileira.

**Diz O Bancário:**

“Um funcionário do terceiro escalão do Governo do Estado do Para, contava nos dedos os bens adquiridos por seu patrão e se declarava surpreso com tantas terras e apartamentos comprados à vista numa época de crise econômica em que até empresários antes sólidos em seus negócios estão abrindo falência.

Além de 70 mil hectares de terras na ilha do Marajó, mais 20 mil hectares em Moju, 10 mil hectares em Bragança e 50 mil hectares em São Felix do Xingu, Jader Barbalho comprou dois apartamentos por 500 milhões de cruzeiros no Rio de Janeiro, comprou o prédio do jornal **Diário do Pará**, por 300 milhões à vista e agora há pouco, mais de dois meses, adquiriu duas fazendas por mais de 200 milhões de cruzeiros, entrando de sociedade com a mulher, cuja vontade de enriquecer no cargo de primeira dama é igual a própria ambição do marido.

Na compra das Empresas Rurais Notrial S/A, transformada pelo governador e sua mulher em fazendas Rio Branco, uma recomendação expressa foi feita a Benedito Monteiro hoje empregado como Procurador do Estado: limpar a área da presença indesejável de posseiros, para que não se repita o que aconteceu em Vizeu, onde Jader teve que mandar a polícia expulsar e espancar posseiros.

Fiel cumpridor de ordens, Benedito Monteiro já deu a palavra de que ninguém vai armar barracos nas terras de seu patrão. Qualquer terra poderá ser invadida, mas não entrem na dos Barbalhos.

Odorico foi à Rússia em viagem de turismo gastando o dinheiro do povo que ficou a ver navios, enquanto o esbanjador, juntamente com sua comitiva de bajuladores, dava uma esticada na Suíça para abrir as contas “SOJBNB-04567891.009 1.099 76889 e SOJEBLSB — Q336780132.009.1099.76900”. Esse Odorico, nem precisa dizer, é o atual empregado de Alacid no Governo do Estado, aliás um Estado carente de homens sérios e hoje transformado em casa de tolerância.

O desperdício irresponsável do dinheiro público custou mais de 200 milhões de cruzeiros mas o empregado político do “Lauro Sodré” ainda tirou sarro com o povo além de gozar com a cara dos políti-



cos dizendo que tinha ido tratar de negócios. Um grandessíssimo cara de pau, como se vê.

Correm rumores pela cidade de que o vassalo de Alcides, querendo mostrar-se bonzinho para o cúmplice de negociações de vésperas de eleições, teria oferecido uma trena à Benedito Monteiro para que este possa medir as terras de onde serão expulsos os posseiros e fazendeiros para que seu patrão adquira as novas fazendas a preço de "caroço de açaí". A ordem: invadam qualquer terra, menos as dos Barbalho.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno, que falará como Líder do PT.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós apoiamos e consideramos como uma iniciativa importante a posição adotada pelo nobre Deputado Hermes Zaneti e pelo nobre Senador João Calmon. Na verdade, a não aplicação da Lei João Calmon, aprovada pelo Congresso Nacional, se deve a uma política deliberada do Regime de 1964, de considerar a educação como um setor secundário; uma política que busca, principalmente, levar o setor educacional a um processo de privatização crescente.

Acompanhamos a última greve das universidades federais. Tivemos vários contatos com a Ministra da Educação. Tivemos acesso a documentos e a relatos sobre a situação das universidades. Ficou público para o País a situação calamitosa das universidades brasileiras. Coisas elementares faltam nas universidades. Nos diversos debates e nas conversas empreendidas com a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, ficava evidente que a não aplicação da Lei João Calmon se devia a uma posição fechada do Palácio do Planalto, principalmente a uma posição do homem todo-poderoso, do homem forte do Palácio do Planalto, o Ministro Delfim Netto, de não destinar as verbas necessárias para o setor educacional.

Enquanto isso acontece, há uma situação de calamidade pública com relação ao ensino neste País, seja no terreno da universidade, seja no terreno do 1º e do 2º graus.

O mais grave, Sr. Presidente, é que enquanto isso se verifica somas monstruosas do dinheiro público são colocadas nos lombos dos últimos casos de corrupção, envolvendo principalmente, o setor financeiro.

É evidente que a crise do ensino no País se aprofundou, se agravou como produto dessa política educacional de priorizar a privatização do ensino, mais ela também se deve a uma política de transformar a universidade brasileira em mera fábrica de mão-de-obra especializada para as necessidades desse tipo de desenvolvimento econômico.

Então, a universidade brasileira perdeu, ao longo desses anos, aquela característica da pesquisa científica, do livre debate, do crescimento das gerações novas que entravam na universidade. E o retrato disso é a situação em que hoje vive a juventude brasileira, que vivendo na universidade ou saindo dela, ela vive uma situação de desespero, porque na universidade ela não encontra, ou ao sair da universidade não encontra a realização das suas expectativas e das suas esperanças profissionais.

Além da problemática de quem estuda na universidade, tem a problemática de quem sai da universidade para enfrentar o mercado de trabalho. Esta situação calamitosa merece uma tomada de posição. E o passo inicial é exatamente destinar maiores verbas para a educação. De 1964 para cá houve um processo crescente de diminuição da dotação orçamentária para a Educação, jogando-se e colocando-se mais verbas para outros setores não priori-

tários. Hoje esta situação se tornou insustentável, quando os próprios Reitores admitem a crise da universidade brasileira até a ameaça de fechar algumas instituições universitárias. Quer dizer, o que resta? Resta passar a universidade pública para o controle de empresas privadas para virarem empresas lucrativas, como aconteceu com os grandes centros educacionais privados que passaram a absorver uma parcela da juventude que não conseguia passar pelo funil dos vestibulares das universidades públicas, e a juventude se tornará, nos braços da universidade privada, uma fonte de lucro para estas instituições.

É necessário alterar profundamente isto, e a Emenda do nobre Senador João Calmon era um passo nesta direção, e o fato do Congresso Nacional ter aprovado esta emenda teve um marco, teve uma importância porque isto constava de uma reivindicação do movimento estudantil, dos professores, da comunidade universitária. Nós não podemos, repito, ficar parados de braços cruzados diante de uma imposição política — pois ela é eminentemente política — de não aplicar a Lei João Calmon. Então, quem é o responsável pela não aplicação desta lei votada pelo Congresso Nacional? Quem é que está obstaculizando a aplicação desta lei?

Neste sentido é tarefa do Congresso Nacional tomar uma atitude. Por isso, queremos registrar o nosso integral apoio à posição e à iniciativa desses dois Congressistas de pedir o impedimento do Presidente da República. Porque é um ato ilegal a não aplicação da Lei João Calmon. As várias manobras, as várias desculpas, os vários pretextos criados ao longo da última greve, principalmente dos professores, e dos funcionários das universidades públicas evidenciam esse descaso total do Governo — repito — principalmente da sua cúpula econômica, chefiada pelo Sr. Ministro Delfim Netto de não colocar o dinheiro aprovado, nesta lei, para a universidade brasileira. E essa é uma posição política do Congresso Nacional de não se curvar à prepotência, à arrogância do Palácio do Planalto — e gosto de repetir — principalmente do Ministro Delfim Netto de não aplicar uma lei aprovada pelo Congresso Nacional.

É claro que ao longo desses anos de ditadura, a coisa que eles mais aprenderam foi exatamente a de não respeitar as leis que não interessavam a eles; foi não respeitar a opinião pública; não respeitar a reivindicação da maioria. Mas nós devemos tomar uma atitude de resistência, uma atitude de luta contra esta situação.

Por isso, para concluir, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos deixar registrado o nosso apoio à iniciativa desses dois Congressistas e fazer um apelo ao Congresso Nacional para que não aceite uma lei aprovada por este Congresso, que seja colocada, praticamente pelo Governo, na lata do lixo, diante de uma situação calamitosa como é a da universidade brasileira!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Djalma Bessa, como Líder do PDS.

**O SR. DJALMA BESSA** (PDS — BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Está o PMDB, pelo seu representante o Deputado Hermes Zaneti, aliado ao PT, representado pelo Deputado José Genuíno, numa campanha inglória, antidemocrática, arbitrária, violenta.

Querem S. Exª sem mais nem menos...

**O Sr. José Carlos de Vasconcellos** — V. Exª está fazendo uma auto-análise do seu Partido?

**O SR. DJALMA BESSA** — ...Vale sublinhar, a cassação, ou seja, o impedimento do Senhor Presidente da República.

É lamentável que a Oposição, por dois de seus ilustres membros, partam para uma fórmula dessas, que deslustra não só qualquer representante do povo, como qualquer agremiação política. A acusação está despida e destituída de qualquer fundamento, não tem nenhuma procedência. Ela objetiva unicamente o noticiário fazer efeito publicitário, porque juridicamente é totalmente insustentável — a acusação. Eis o texto da Emenda nº 24, referida por S. Exªs.

"Art. 176

§ 4º — Anualmente a União aplicará nunca menos de 13%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino."

A denúncia parte de um princípio limitado, estreito, diminuto, pequeno, miúdo, de que todo o ensino está centralizado no Ministério da Educação e Cultura, na área federal. A parcialidade de S. Exªs é logo revelada, porque não há nenhuma acusação a qualquer Estado e nem tampouco a qualquer Município, centralizam no Governo Federal e especificamente no Senhor Presidente da República.

O texto Constitucional, § 4º, art. 176, há de ser analisado racionalmente e considerar-se a aplicação dos percentuais na manutenção e desenvolvimento do ensino, em todos os órgãos públicos e em todos os graus.

O Governo da Revolução sente-se de consciência tranqüila pelo que tem feito pelo ensino, basta que se leiam as estatísticas para se constatar que o número de matrículas elevou-se sobremodo no ensino primário, no II Grau, no III Grau. E o número de estabelecimentos de ensino, também, em todos os níveis, multiplicou-se expressivamente. São dados numéricos que desafiam qualquer contestação. Portanto, está o Governo merecendo um crédito de louvor pelo que fez pelo País nestes 20 anos, notadamente na área da educação, que agora se analisa. Assim, seria compreensível que os doutos acusadores tivessem à mão os elementos adequados. Mas, não querem esses elementos porque se lhes chegarem às mãos, a denúncia não seria encaminhada, não teria tramitação.

É necessário que, para uma melhor análise, atente-se para a circunstância de que o ensino é ministrado em diversos ministérios. Como está na emenda constitucional não há exigência de que seja toda a dotação orçamentária consignada em um único ministério. Requer-se que os percentuais sejam aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino...

**O Sr. José Genoíno** — Permite-me V. Exª um aparte, nobre Deputado Djalma Bessa?

**O SR. DJALMA BESSA** — ...Portanto, um conceito amplo, um conceito extenso que está sendo devidamente aplicado pelo Governo Federal.

Ouçõ V. Exª com muito gosto, nobre Deputado.

**O Sr. José Genoíno** — Nobre Deputado Djalma Bessa, com relação ao discurso de V. Exª na parte que se refere aos êxitos, no plano educacional, do regime de 64, quero registrar que isso não está de acordo com a realidade, porque se olharmos a situação da universidade, de 64 para cá, veremos que ela piorou. Estou-me referindo à universidade federal, à universidade pública, às grandes instituições de ensino, neste País, que foram praticamente deterioradas ao longo desses anos todos. A Universi-

dade Federal do Rio de Janeiro, as grandes instituições de ensino deste País foram aniquiladas materialmente, politicamente e democraticamente, com as várias reformas que foram introduzidas na universidade, principalmente com a reforma de 1969. O que houve foi um deslocamento para as universidades particulares. Não é por acaso que, hoje, a maioria das universidades brasileiras são particulares, porque houve, inclusive, uma política direcionando para isso. Então, o enfraquecimento do ensino público dá-se em favorecimento ao ensino particular. E aí, nobre Deputado Djalma Bessa, quanto à questão dessa elasticidade, dessa amplitude que V. Exª coloca em relação à Emenda João Calmon, cabe perguntar: "Mas para quê, então, o Ministério da Educação e Cultura?" Existem verbos dos outros Ministérios. Sei, inclusive, que o Ministério das Forças Armadas tem instituições educacionais militares, mas isso depende das verbas que são destinadas para as Forças Armadas na dotação orçamentária. Então, no mínimo, Deputado Djalma Bessa, será necessário especificar, dentro dos vários Ministérios, a parte orçamentária que é destinada ao ensino, coisa que não é feita. Inclusive a parte que é destinada a essas instituições, aos outros Ministérios, não especifica qual é a parte orçamentária para o ensino especificamente. Aí, evidentemente, o Governo cria um conceito amplo para tentar burlar uma lei. Essa é a questão que eu gostaria que V. Exª se pronunciasse sobre ela.

**O SR. DJALMA BESSA** — Eu chego até a me congratular comigo mesmo, porque o Deputado José Genoíno já chegou a constatação de que os outros Ministérios também têm verbas para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Apenas não estão devidamente definidas, e, por isso, dificultam o levantamento. No mínimo, V. Exª tem uma dúvida, e na base de uma dúvida ninguém se acusa, ninguém denuncia e ninguém, tampouco, condena. Se V. Exª alimenta esta dúvida, que é justificável, deveria partir para solicitar informações a esta Casa. Nós estamos em um sistema democrático em que o instituto da informação é eficaz. Quantas solicitações, quantos requerimentos têm sido endereçados à Mesa e o Poder Executivo os tem respondido?

**O Sr. José Genoíno** — Deputado Djalma Bessa, só uma informação para exemplificar, como há um equívoco sério

**O SR. DJALMA BESSA** — Exª, a nossa divergência, tenho que reconhecer, situa-se no que diz respeito ao ensino público e ao ensino privado. V. Exª defende a tese de que o ensino deve ser, tanto quanto possível, senão exclusivamente, público. Eu defendo uma outra tese, advogo uma outra filosofia. Acho que o ensino não deve ser totalmente entregue ao Estado, para que o Estado se torne o senhor todo-poderoso para orientar a mocidade no sentido único que lhe convém. Esta tese eu realmente não advogo, defendo outra, a da privatização do ensino. E quando V. Exª me diz que, no Governo da Revolução, o ensino privado cresceu mais do que o ensino público, estou com V. Exª, mas certo de que essa é a posição correta, que essa é a posição adequada, que essa é a posição de abertura, que essa é a posição adotada num sistema democrático.

O sistema de ensino único, o sistema de ensino totalmente entregue ao Estado é altamente desaconselhável, porque orienta numa só direção, orienta num rumo só, não abre à mocidade as perspectivas que um regime de ampla liberdade proporciona.

**O Sr. José Genoíno** — Nobre Deputado Djalma Bessa, permita-me um breve aparte.

**O SR. DJALMA BESSA** — Pois não!

**O Sr. José Genoíno** — Somente para exemplificar a V. Exª como o Governo conscientemente burla a lei do Congresso Nacional. Por exemplo, a dotação orçamentária para os vários Ministérios Militares inclui as instituições de ensino das Forças Armadas, porque há instituições de ensino dentro das Forças Armadas, nós sabemos disso. Depois, essa verba destinada às Forças Armadas é contada como sendo da Lei João Calmon. É uma maneira de burlar a lei, porque na dotação dos Ministérios militares está sem especificar que é para a manutenção das instituições educacionais. Depois, isso é somado para tirar a parte da dotação orçamentária, de 12%, do Ministério da Educação e Cultura, para tirar essa verba desse Ministério. Isso é o que acontece. Eu exemplifiquei para V. Exª que o Governo usa um artifício para burlar uma lei, ele está burlando uma lei. Ele está tomando uma atitude ilegal.

**O SR. DJALMA BESSA** — Não há nenhum propósito de burlar a lei. V. Exª sabe e reconhece que o Governo gasta o que lhe autoriza o Poder Legislativo. Não é o Governo que prepara, que elabora, que discute, que vota e que edita o Orçamento, que reúne a receita e a despesa. O Executivo encaminha ao Poder Legislativo que discute, vota e aprova o Orçamento. Então, a acusação, a ser autêntica, deveria partir do Poder Legislativo, que permite dotações orçamentárias inadequadas a uma emenda Constitucional. Como o Poder Legislativo aprova o Orçamento, e este Orçamento está sendo religiosamente executado pelo Executivo, e o Executivo é responsável. O Poder Executivo dispõe de dotações e de recursos orçamentários, que lhe são proporcionados pelo Poder Legislativo, e dentro desses limites é que executa o seu programa de governo e realiza.

Esquece-se isso, de que o Orçamento é uma peça do Poder Executivo e do Poder Legislativo; esquece-se que o Governo está executando o Orçamento na base do que foi editado por lei. Acusa-se o Senhor Presidente da República de não estar aplicando no ensino o percentual determinado pela lei maior. É visível o propósito político, que não coloca bem os seus autores, porque objetivam uma medida altamente violenta. Pretendem eles a cassação de um mandato de um eleito que não contou com o voto de S. Exªs, porque o Presidente João Figueiredo foi eleito com o nosso voto, com o voto da Bancada que lhe dá sustentação.

As minhas palavras já surtiram efeito. Já se admitiu que não é somente um Ministério que dispõe de verba para manutenção e desenvolvimento do ensino. Já se admitiu que outros Ministérios, e poderia mencionar de logo o Ministério da Agricultura, que lida com a área de educação do ensino; o Ministério do Trabalho, o Ministério do Exército, o Ministério da Marinha, o Ministério da Aeronáutica e tantos outros. Mas vale ainda uma observação, uma observação de todo procedente. Há de se dizer que o Poder Executivo não esteja cumprindo o Orçamento e, a seu bel-prazer, faça a aplicação financeira que lhe bem determinar. É uma hipótese absurda, mas vamos admitir.

**O Sr. José Carlos de Vasconcelos** — Verdadeira.

**O SR. DJALMA BESSA** — Então, Exª, eu lhe pergunto onde está o Tribunal de Contas da União, que não atenta para essa irregularidade...

**O Sr. José Carlos de Vasconcelos** — Eu quero responder, Deputado, mas V. Exª não permite.

**O SR. DJALMA BESSA** — ... que não atenta para esta ilegalidade, o Tribunal de Contas da União que é órgão auxiliar do Poder Legislativo, que tem aprovado, seguidamente, as contas do Governo da República? Não se pode dizer, jamais, que se trata de um órgão homologatório, do "amém", como se costuma aqui dizer. Não; o

Tribunal de Contas tem levantado dúvidas, baixado diligências e, às vezes, punido, ao apreciar diversas contas públicas. Ainda mais. Há de se alegar: "mas é o Tribunal de Contas da União" Em absoluto, porque o Tribunal de Contas da União emite parecer pela aprovação das contas, mas a aprovação das contas é procedida pelo Poder Legislativo.

**O Sr. Sinval Guazzelli** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. DJALMA BESSA** — É portanto, um ciclo da mais ampla liberdade e da maior segurança entre o Legislativo e Executivo na apreciação das contas públicas. V. Exª já me disse ..

**O Sr. Sinval Guazzelli** — Nesta parte? O Tribunal de contas não se manifesta sobre projeto de orçamento e sim sobre execução orçamentária, nobre Deputado.

**O SR. DJALMA BESSA** — Mas, a acusação só poderá se basear na base da execução orçamentária e não na proposta do me dizer, do que disseram, do que consta. V. Exª aí já interferiu alegando que há irregularidades este ano.

**O Sr. Sinval Guazzelli** — Pergunto se V. Exª quer me conceder o aparte ou não?

**O SR. DJALMA BESSA** — Vamos examinar, porque, se é neste ano o Poder Executivo tem ainda condições, de sobra para, aplicar o percentual.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. DJALMA BESSA** — Com muito gosto, nobre Deputado.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Deputado Djalma Bessa conheço a inteligência de V. Exª, mas V. Exª faz afirmações inverídicas, V. Exª não acredita nas afirmações que está fazendo. V. Exª sabe perfeitamente das limitações primeiro do Tribunal de Contas, da falta de recursos que tem o Tribunal para fiscalizar — inúmeros são os depoimentos dos próprios Ministros do Tribunal — adequadamente às despesas do Governo Federal. V. Exª sabe, também, que este Orçamento que é enviado à Câmara representa, hoje menos de 1/3 das despesas efetivas do Governo Federal, porque na realidade é toda aquela parte do orçamento monetário dos gastos com as estatais que não estão incluídos na apreciação, nem no Tribunal de Contas nem do Poder Legislativo, do Congresso Nacional. Então, fica realmente difícil, isso eu reconheço, se precisar com exatidão todas as despesas efetuadas pelo Governo Federal tal é o jogo de uma conta para outra, tal é o passeio que as verbas realizam sem que haja, efetivamente, um controle por parte do Executivo com o auxílio do seu órgão de assessoramento que é o Tribunal de Contas. Mas, este é um debate que a inteligência de V. Exª sabe que se poderia prolongar por várias horas, e V. Exª é um técnico nesse assunto. Quero me referir, efetivamente ao início do pronunciamento de V. Exª, quando condenou o procedimento do Senador João Calmon e do Deputado Hermes Zaneti, quando quis acionar medidas previstas na Constituição e V. Exª não pode fazer isso, porque eu já assisti V. Exª defender o Presidente da República quando ele recorre àquelas medidas, que a Constituição e a Legislação lhe permite, para processar membros deste Poder Legislativo. E já ouvi V. Exª dizer, não sei se com referência ao procedimento do Presidente da República com o Deputado João Cunha ou com outro Deputado, que Sua Excelência estava tomando as medidas que a Legislação lhe assegurava e que a Justiça se pronunciaria livremente a respeito daquela solicitação do Presidente da República,

daquela ação proposta pelo Presidente da República. Pois bem. Como é que V. Ex<sup>a</sup> não quer permitir, e acusa com tanta veemência a Oposição, quando um Senador da República, quando um Deputado Federal, quer acionar as medidas que a Constituição lhe permite? Acionadas essas medidas é que irão ser provadas ou não as suspeitas e as acusações do membro do Poder Legislativo. Então, V. Ex<sup>a</sup>, democrata que é, não pode investir contra o Senador João Calmon, contra o Deputado Hermes Zaneti, contra o Poder do qual faz parte, porque S. Ex<sup>as</sup> querem usar medidas que a Constituição lhes asseguram. Desde que tenha curso o processo que querem iniciar o Senador João Calmon e o Deputado Hermes Zaneti, V. Ex<sup>a</sup> terá oportunidade de defender o mandato do Presidente da República. É legítima a posição do Senador, é legítima a posição do Deputado. Nós estamos — diz V. Ex<sup>a</sup> — numa democracia, vamos usar todos os instrumentos que a Constituição permite sejam usados no regime democrático.

**O SR. DJALMA BESSA** — Conheço V. Ex<sup>a</sup> e lamento dizer, e com pesar, afirmo: V. Ex<sup>a</sup> sofismou do princípio ao fim.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Será de tanto ouvir V. Ex<sup>a</sup>?

**O SR. DJALMA BESSA** — Primeiro, V. Ex<sup>a</sup> fez restrições ao comportamento do Tribunal de Conta da União, que contesto por inteiro.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Perdão, Ex<sup>a</sup> Eu afirmo que o Tribunal não possui recursos suficientes para poder fiscalizar o que é dito pelos próprios Ministros.

**O SR. DJALMA BESSA** — O Tribunal de Contas da União tem todos os elementos necessários à apreciação das contas do Governo Federal — todas, Ex<sup>a</sup>!

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Ninguém tem, Ex<sup>a</sup> Talvez tenha em algumas gavetas secretas do Sr. Ministro Delfim Netto — um jogo de contas nesta República, é uma verdade.

**O SR. DJALMA BESSA** — E se lhe falta algum dado, tem poder para solicitar as informações adequadas.

Depois há um Orçamento das estatais e V. Ex<sup>a</sup> sabe que de quando em quando o Tribunal de Contas está encontrando algumas omissões, algumas irregularidades...

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> repondesse a parte final do meu pronunciamento.

**O SR. DJALMA BESSA** — Chego a parte final dizendo a V. Ex<sup>a</sup>, em alto e bom som, que não se está pleiteando uma providência adotada na Constituição, está havendo um açodamento, uma pressa. Não sou contra que se utilize o preceito constitucional, mas em termos adequados, em termos justos, em termos prudentes, porque a acusação é muito fácil, mas deve ser feita com base.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — V. Ex<sup>a</sup> julga o Presidente João Figueiredo açodado, quando processa o Deputado João Cunha?

**O SR. DJALMA BESSA** — Não é uma acusação despida de qualquer documento, sem nenhum sentido, na base pura e exclusivamente da imaginação. Como se acusar uma autoridade do mais alto nível, como o Presidente da República, sem nenhuma base? Porque imagina-se que o Governo não está aplicando o percentual estabelecido na Carta Maior.

Essa acusação, em que não procede mas, se houvesse os elementos, se houvesse o fundamento, se houvesse a

base, estaria com V. Ex<sup>a</sup> em que deveria ser feita a apuração; mas não existe nada, totalmente nada.

Concluindo, Sr. Presidente, devo dizer que, quem recebeu a denúncia já tem uma base.

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Este é o conceito de V. Ex<sup>a</sup> só existe base quando V. Ex<sup>a</sup> reconhece a base. Só pode haver denúncia quando V. Ex<sup>a</sup> acredita que há elementos para instruir a denúncia.

**O SR. DJALMA BESSA** — Quem recebeu denúncia já tem um despacho...

**O Sr. José Carlos Vasconcelos** — Não é assim que deve funcionar a Justiça; não é assim que se pode acionar os instrumentos constitucionais.

**O SR. DJALMA BESSA** — ... já tem um despacho, que não pode ser outro, muito conhecido no meio forense: "Venha em termos".

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O Sr. Sinval Guazzelli** — Sr. Presidente, no exercício da Liderança da Bancada do PMDB, peço a palavra para uma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Para uma comunicação, concedo a palavra ao nobre Deputado Sinval Guazzelli.

**O SR. SINVAL GUAZZELLI** (PMDB RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ouvimos a manifestação do nobre Líder Djalma Bessa, opondo-se aos reparos a iniciativa de Congressistas de propor um impedimento do Senhor Presidente da República pelo descumprimento de dispositivo constitucional. Disse muito bem o nobre Deputado José Carlos Vasconcelos, em aparte, que o nobre Líder do PDS não poderia estranhar uma iniciativa parlamentar prevista no texto da própria Constituição.

Sr. Presidente, o que na realidade deseja os Sr. Senador João Calmon e Sr. Deputado Hermes Zaneti, com o apoio de outros Parlamentares, não é o impedimento do Senhor Presidente da República em si, o que os Srs. Congressistas desejam é que o Senhor Presidente da República cumpra a Constituição. Muito mais felizes seríamos todos nós se não precisássemos promover a responsabilidade do Senhor Presidente da República desde que Sua Excelência reconsiderasse a atitude tomada, enviando uma mensagem retificativa ao Congresso Nacional que realmente representasse uma obediência ao texto constitucional.

Os Srs. Congressistas estão demonstrando o seu zelo pelo cumprimento da lei. Os Srs. Congressistas não podem, por isso, merecer, *dat venia*, de nenhum colega, qualquer reparo a sua conduta, eis que esta está voltada, única e exclusivamente, no sentido de que a lei seja cumprida.

Fica difícil discutir-se a matéria nos termos propostos pelo Sr. Deputado Djalma Bessa, ao alegar que diversos outros Ministérios, além do Ministério da Educação e Cultura, se dedicam à atividade de ensino e custeiam atividades de ensino. Não há na prática como se poder constatar, avaliar e aquilatar os índices desta participação de outros Ministérios no campo do ensino. Mas, o que o Senador João Calmon procurou, através de projeto de Emenda à Constituição, acolhida pelo Congresso Nacional, Sr. Presidente, é que especificamente as dotações do orçamento da União, especificamente assegurassem o mínimo destinado à educação.

Lembrou o nobre Deputado Djalma Bessa que nesses 20 anos, desde 1964, verificou-se um avanço e um progresso no campo do ensino. Avanço quantitativo, sim; em esses números físicos, sim, mas com um comprometimento muito grave da qualidade do ensino no Brasil em todos os seus níveis.

E para exemplificar o que afirmo nesta hora, basta lembrarmos a profunda crise que vive a universidade brasileira. Divorciada das suas origens, divorciada das raízes e dos vínculos estabelecidos com a comunidade brasileira ao longo dos anos, a universidade brasileira passou a ser um compartimento estanque, sem nenhuma intimidade com a realidade comunitária, cultural, econômica e social do Brasil de hoje. Se há uma crise que ninguém pode desconhecer, muito menos negá-la, é a crise da universidade no Brasil de hoje.

Mas não vamos aqui nos perder nestas considerações porque o assunto está adstrito ao cumprimento ou não, por parte do Poder Executivo, de um dispositivo constitucional que exige um resultado que foi o da manifestação de mais de dois terços do Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, em que se exige aquele mínimo de 2% no Orçamento da União especificamente destinado à educação. Enquanto ficarmos aqui a discutir quais são as verbas, os recursos aplicados neste ou naquele setor, neste ou naquele Ministério, que não cuida dos negócios da educação, nunca se saberá se, na realidade, aquilo que o legislador perseguiu, através de uma emenda constitucional, se o espírito desta emenda foi realmente obedecido e cumprido. Este só o será na oportunidade em que, através do órgão competente, que é o Ministério da Educação e Cultura, tenhamos consignado no Orçamento recursos que atendam aquele mínimo estabelecido, através de emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional e, portanto, hoje incorporada ao texto da própria Constituição.

Finalizo, Sr. Presidente, finalizo por onde iniciei, esta intervenção, pela Liderança da Bancada do PMDB. Nós não queremos, não perseguimos, não objetivamos, muito menos desejamos que o Senhor Presidente da República descumpra um dispositivo Constitucional para lhe promover a responsabilidade através da votação do seu impedimento. Não. O que nós queremos, o que desejamos, o que buscamos, com todas as atitudes e iniciativas assumidas é exatamente obrigar o Chefe do Poder Executivo, constanger o Chefe do Poder Executivo a cumprir o que dispõe a Constituição e a lei.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jacques D'Ornellas, como Líder do PDT.

**O SR. JACQUES D'ORNELLAS** (PDT — RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Congressistas, é comum nestes tempos se falar da gravidade da situação nacional, da situação política, da situação institucional, da situação econômica, da nossa dívida interna e externa.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, nós entendemos que a gravidade da situação do País reside fundamentalmente na gravidade da situação do povo. A gravidade que tem que ser observada, a gravidade que tem que ser amenizada é a gravidade da situação econômica e social do povo brasileiro. Essa que é a gravidade mais séria.

Vemos hoje, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o povo brasileiro se debatendo por soluções às mínimas para a carência alimentar, para educação — que foi agora mesmo muito debatido aqui — para a saúde, para o transporte, para a habitação. E o que vemos? Estas questões que são de magna importância, porque não existe pátria sem povo, não existe nação sem soberania, não existe democracia sem participação popular. O povo brasileiro demonstrou, como todos nós o sabemos, a sua vontade assumida expressamente nas praças do País, nas vilas, nas favelas, nas aldeias, nos mocambos, nos centros mais populosos de nossas metrópoles, querendo uma mudança que signifique uma solução para esses problemas.

Não pode haver dúvida, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mas não pode haver dúvida mesmo, de que o povo brasileiro quer essa mudança, de que a Nação exige essa mudança. E nós vemos nos setores que hoje defendem



um regime falido, no ocaso — no ocaso, Sr. Presidente! — todos sabem que o regime está no ocaso, mas há medo de proclamar, há medo de um retrocesso, há medo de um golpe, há medo de uma intervenção militar das Forças Armadas no processo político e institucional. Nós vemos as contradições se expressarem constantemente: primeiro que as Forças Armadas serão mantidas afastadas do processo sucessório presidencial. Isto foi dito por Ministros da área. Entretanto, a Ordem do Dia do Ministro Walter Pires demonstra que não é bem assim: está ali uma ameaça velada, diria quase expressa. Depois vemos outra declaração de um outro Ministro da área, em Salvador, declaração que utiliza insinuações, sofismas, uma nota que não é clara.

Esta falta de clareza, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é muito próprio de quem não está seguro da força que detém, porque se tivesse força, se tivesse consciência, seria bem claro, bem objetivo neste episódio. Não é nosso propósito entrar nessas arengas pessoais dos que estiveram no Poder, dos que estão saindo do Poder, para voltar ao Poder novamente; enfim, dos oportunismos que cercam as ações desses políticos tradicionais em nosso País. Entretanto, é bom notar que, na mesma medida em que um ex-Governador se sentiu ameaçado pela nota do Ministro, ele respondeu imediatamente. E o que significa isto? Significa que esse ex-Governador, respondendo daquela maneira, naquele ato, naquele momento, ele desmontou os efeitos da nota do Ministro, imediatamente. Ele não deu tempo, porque o objetivo dessas notas talvez saiam amanhã, não sabemos, dia 7 de setembro. Mas o objetivo dessas notas, desses, como disse, “pronunciamentos militares” é único, não há dúvida quanto a isso, ninguém pode se enganar; é no sentido de intimidar, é no sentido de impor medo ao povo brasileiro, é no sentido de impor medo às lideranças sindicais, estudantis, comunitárias, aos parlamentares, Deputados, Senadores, enfim, aos Governadores que aí estão. É o sentido claro de intimidar a população brasileira, hoje, que quer mudanças.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quem detém o poder neste País? Quem detém o poder neste País? É o Executivo. É o Alto Comando das Forças Armadas, é o Fundo Monetário Internacional.

Agora mesmo ouvimos uma discussão aqui sobre a questão da dotação de verbas para o Ministério da Educação e Cultura. Ouvimos aqui que o Poder Executivo está burlando a lei, inclusive a lei que define verbas para o Ministério da Educação e Cultura, que são verbas que se destinam, logicamente, à universidade, à escola pública. E verificamos que essas verbas estão, sendo, surrupiadas, canalizadas, desvirtuadas, para setores de outros Ministérios, dos Ministérios militares, por exemplo, que já têm a sua própria dotação. Foi o que ouvimos há pouco.

E nos dizem, então, que o parlamento é o responsável pela dotação orçamentária, pela votação desse Orçamento da República.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, basta ver este Plenário agora, para se ter uma idéia clara do que é hoje o Parlamento Nacional. O Parlamento está esvaziado, porque o próprio Poder Executivo o quer assim. O Poder Executivo neste País quer que o Parlamento que é uma expressão da vontade popular mais legítima permaneça esvaziado, permaneça sem Deputado e sem Senador para votar coisa alguma, permaneça acanhado, subjogado e até subserviente, eu diria. Entretanto, o povo brasileiro, que ousou querer essa transformação na campanha das “Diretas-Já”, vem para cá, apesar das medidas de emergência, apesar das turbulências, apesar da ilegalidade que foi por exemplo, a censura aos telefones dos parlamentares, o impedimento de se fazer ligações daqui, via DDD sem falar no cerceamento do direito de ir e vir dos cidadãos brasileiros.

Então, nós temos aí uma situação grave, e é uma situação mais grave, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, porque, na resposta desse ex-Governador ao Ministro da

Aeronáutica, ele diz que há corrupção neste País. E ele diz mais: que as provas estão no Serviço Nacional de Informações. Os jornais reproduziram. Nesta País a gente só consegue descobrir as coisas quando existe uma briga entre as pessoas que estão no poder e as que estiveram no poder, ou as que, por alguma razão, se viram atingidas. E são razões naturalmente de interesses pessoais, de grupos econômicos, políticos, enfim. É claro, o que move todas as pessoas hoje são esses interesses. E o interesse maior do povo continua relegado. Isto ninguém quer discutir, isto, tem que ser prorrogado, isto tem que ser protelado pela ação do Regime que aí está. Na medida em que nós temos uma emenda para ser votada neste Congresso, a Emenda Theodoro Mendes, que restabelece eleição direta em dois turnos para o nosso País, para o nosso povo, essa emenda constitucional está obstada, está bloqueada, obstruída.

Por que, Sr. Presidente e Sr. Congressistas? Está obstruída pelos donos do poder. Agora mesmo chega um Deputado, nosso colega, e nos diz que o Presidente está muito aborrecido com o ex-Governador Antônio Carlos Magalhães. Disse também que o Presidente sofreu enormes pressões para conseguir a anistia, quer dizer, ele disse que deu a anistia, como se a anistia fosse uma coisa dele, própria dele, um patrimônio pessoal dele. Como se a Presidência da República, que é uma função pública, a principal neste País, fosse uma coisa privada, particular, da vontade do Presidente. Um Presidente da República, a mais alta magistratura do País, tem que estar profundamente integrado na vontade de seu povo, pelo interesse nacional, pela soberania nacional. Ele não pode simplesmente achar que é o dono disto, dono daquilo, dono da abertura, dono da democracia, dono do fechamento, dono do cerceamento das liberdades democráticas. Não, Sr. Presidente, Srs. Congressistas! Um Presidente da República, um Governador, um Prefeito, um Deputado, enfim, um Ministro e ele tem que estar condicionado ao interesse maior do povo brasileiro. Ele tem que estar condicionado ao interesse maior da Nação brasileira, e isso realmente não existe hoje em nosso País, não existe porque há uma política de dominação econômica aqui implantada, fruto de compromissos com os monopólios estrangeiros, com os banqueiros internacionais, com o poder militar e também com a política hegemônica de dominação, principalmente os monopólios norte-americanos, que querem impor pela força, um domínio sobre os povos do Terceiro Mundo, sobre os povos da América Latina, sobre os povos da América Central. A força inicial é a força da coerção econômica — essa vai até certo ponto —, quando essa coerção econômica não atinge os seus objetivos, então vem a força bruta, a força das armas, a força da invasão como tivemos a exemplo da pequena República de Granada, no Caribe. Granada está invadida, ocupada, submetida ao tacho da grande potência comandada pelo Sr. Ronald Reagan.

Nós, Sr. Presidente, povo brasileiro, estamos no limiar de conquistarmos um passo decisivo na caminhada da independência, da libertação econômica do nosso País, e esse passo decisivo, importante, fundamental é a restituição ao povo, do direito de eleger o Presidente da República num pleito livre, direto e secreto — as “Diretas Já”. Existe concretamente essa possibilidade e por que existe? Porque na medida em que se aguçam as contradições dos interesses dos grupos que estão hoje no poder, dos grupos que ficaram afastados do poder por algumas razões, que nós não queremos discutir, porque não sabemos exatamente quais são os limites desses interesses, mas são interesses econômicos, políticos, de grupos. Então, esse acirramento vai resultar, evidentemente, num agravamento da situação institucional e política em nosso País e vai resultar naturalmente em mais pronunciamentos militares. É natural, na medida em que foi negada a imensa maioria do povo brasileiro o leito natural para se expressar na medida em que a Nação — o Governo, pelo menos — não procura aceitar essa realidade,

que é impossível de ser negada, escamoteada, e tergiversar sobre isso é um absurdo! Quem não sabe o que o povo brasileiro quer hoje? Quem não sabe o que o povo brasileiro quer uma ruptura, que não quer saber do estrangeiro que está mandando em nosso País? Quem não sabe disso?

Quem não sabe que o povo brasileiro quer ter soberania, quer ter liberdade, quer uma democracia? Quem não sabe que o povo brasileiro, hoje, quer uma reforma agrária que dê possibilidade ao homem do campo de trabalhar a terra e dela tirar o fruto, o pão de cada dia que possibilitará, naturalmente, a queda da inflação?

Quem não sabe que o povo brasileiro quer, hoje, o desenvolvimento do seu mercado interno? Quem não sabe, hoje, que o povo brasileiro quer o desenvolvimento das atividades produtivas em nosso País? Quem não sabe, hoje, que o povo brasileiro quer a expulsão dos entreguistas, a expulsão dos corruptos, dos postos de comando? Quem não sabe que o povo brasileiro, hoje, quer a apuração, no mínimo a apuração dos escândalos que aí estão? Quem não sabe disto? Eu pergunto. Quem não sabe que o povo brasileiro, hoje, quer um Governo que defenda os interesses dos trabalhadores? Quem não sabe, hoje, que o povo brasileiro quer a liquidação da atividade especulativa em nosso País? Essa estória de viver de rendas, viver de juros, viver passeando, quem não sabe disto? Todos sabem disto e teimam os que se beneficiaram, usufruíram dessa situação de descabro, dessa situação de lesa-pátria, lesa-povo, de lesa-humanidade, eu diria.

São Ministros que vêm a público e dizem, são parlamentares que aqui desta tribuna e nós vemos... E não é dizer que falta projeto, competência, idéia e caminho. Isto tudo está aqui. Se pegarmos os arquivos do Congresso Nacional e verificarmos todos os projetos que existem de solução para cada caso, em que está mergulhado o povo brasileiro hoje, para cada problema em que ele está mergulhado, nós temos a solução, temos ali todas as soluções. Está tudo nas mãos. No momento, só falta a opção, a escolha de implantarmos as soluções. É só isto que basta. Então, o povo quer o quê? O caminho para poder viabilizar isto, e isto só poderá ser viabilizado na medida em que for restituído ao povo brasileiro o direito de eleger o Presidente da República em um pleito direto, e para isto existe a Emenda Theodoro Mendes na pauta, praticamente nas mãos do Senador Moacyr Dalla, e todos os Deputados têm feito esse apelo a S. Ex.<sup>a</sup> Eu faço também o meu.

É o povo brasileiro quem o faz, também, esse apelo, ao Senador Moacyr Dalla, não muito pela História porque a História fará justiça, independente de quem tiver com a bandeira na mão. A História não vai poupar os traidores, isso é óbvio a História não vai poupar os omissores, a História não vai poupar os covardes. Agora, falam muito de traidores... Traidores dos interesses, porque o que se estabeleceu neste País foi uma verdadeira, “quadrilha”. Então, na divisão do Butim, na divisão do resultado do saque existe briga, existe guerra. É isto que nós estamos verificando.

Então, Sr. Presidente, o nosso apelo ao Senador Moacyr Dalla é para que coloque em votação a Emenda Theodoro Mendes, que é um caminho: não é ilusão, não é dizer que as “Diretas” vão resolver o problema do povo brasileiro totalmente, mas é um caminho, é um passo, é uma alternativa para resolver este problema, esta questão, para aliviar essas tensões que são criadas artificialmente...

“É isso, é aquilo: é ladrão, o outro roubou; me processa que eu vou provar e tal”... A questão não é esta. A questão é que o povo brasileiro quer sair para emergir dessa situação em que está metido; ele precisa novamente tomar um outro impulso, como foi o da campanha das “Diretas-Já”. Se tivéssemos continuado com aquele impulso nós teríamos, naturalmente, a condição de força, de energia, da energia criadora da participação do povo. Sem ela nada será possível, sem ela vai ficar essa guerra

de pronunciamentos, de retalhações, "de processa um, processa outro", para saber quem roubou mais neste País, como se o povo brasileiro tivesse que se submeter a ser um "Brasil S.A.", "um supermercado", "uma quitanda", "um botequim"! O interesse do povo brasileiro não é mercantilista, o interesse do povo brasileiro é o de ter soberania, ter independência, o povo brasileiro tem alma e tem coração; e não a é cifra, e não o é número de computador. Ele não quer ser objeto de exploração constante, ele quer ser soberano, ele quer ser livre, quer ser independente, quer ser feliz, e quer eleger o Presidente da República, porque identifica que a Presidência da República hoje significa a soma dos poderes capazes de dar impulso a uma nova abertura, a uma nova situação criada!

Nós não temos nenhuma dúvida, Sr. Presidente, o povo brasileiro vai buscar os seus caminhos. E este é o nosso papel de Congressistas, que assumimos com o povo, de lutar em cada espaço que nós temos; hoje estamos

aqui nesta Casa; amanhã poderemos estar em outra fronteira, em outro parâmetro de luta.

Agora o que nós entendemos é que não é mais possível retrocesso, não é mais possível golpe, não é mais possível eleger Paulo Maluf à Presidência da República. Porque Paulo Maluf significa exatamente a repressão, o obscurantismo, a venda, a entrega da soberania nacional, significa tudo o que há de pior neste País.

Por isso Sr. Presidente, acredito em nosso povo. Acredito que o povo brasileiro vai emergir dessa apatia, porque ele está cansado, triste, revoltado e quer uma perspectiva. E nós temos, como Congressistas, condições de abrir essa perspectiva. E ela repousa nas mãos do nobre Senador Moacyr Dalla — como disse não tanto pela História, mas muito mais pelo próprio caminho que os acontecimentos estão tomando. Não há dúvida alguma, nós vamos chegar lá. O povo brasileiro vai se libertar, vai acabar com essa dominação contra o principal patrimônio de um país, que é o seu povo.

Dessa forma, Sr. Presidente, e considerando que o nosso Grupo "Só Diretas" está obstruindo os trabalhos parlamentares em função justamente da colocação em pauta da Ordem do Dia da Emenda Theodoro Mendes, invoco o § 2º do art. nº 29 do Regimento Comum. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — É regimental o requerimento de V. Exª. Antes, porém, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1984, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 50 minutos.)

## Ata da 253ª Sessão Conjunta, em 6 de setembro de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Raimundo Parente

#### ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alércio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathan Nunes — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

##### Sergipe

Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

##### Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; Franca Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

##### Espírito Santo

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

##### Rio de Janeiro

Aginaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Daso Coimbra — PMDB; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Giulio Caruso — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio

Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Mário Hato — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

#### Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emílio Perondi —

PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 223 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves considerações, concedo a palavra ao nobre Deputado Elquisson Soares.

**O SR. ELQUISSON SOARES** (PMDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Minha presença na tribuna é para fazer a V. Exª uma solicitação e, depois, um registro. A solicitação é a seguinte: Os funcionários do Congresso, todos, por uma dessas incoerências do regime em que vivemos, pagam o Imposto de Renda. No País, V. Exª sabe, os assalariados pagam Imposto de Renda e alto, e o Imposto de Renda, na verdade, não devolve o desconto feito na fonte, imediatamente.

É verdade que, hoje, o sistema pode alegar que está corrigindo o imposto retido na fonte, mas ainda assim, tratando-se de assalariados, é fundamental que haja uma providência no sentido da liberação desses recursos; são pessoas que vivem de salário, repito, são pessoas necessitadas; e o número de funcionários do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, portanto, é muito grande. Portanto, é no sentido de apelar a V. Exª, à Presidência do Congresso, para se dirigir à Receita Federal, solicitando a devolução desse dinheiro deles, pois já estão fazendo, afinal de contas, essa liberação para muita gente. Então, a ponderação da Presidência do Senado no sentido de que haja liberação para os funcionários do Congresso, da Câmara e do Senado, é justa e V. Exª, dessa forma, praticaria um ato de justiça para com essa gente. Esta, portanto, a solicitação que faço a V. Exª

O registro é o seguinte, Sr. Presidente: Hoje, os filhos do ex-Presidente João Goulart compareceram ao gabinete do candidato Tancredo Neves para hipotecar-lhe solidariedade.

Portanto, a família de João Goulart, mantendo as tradições de luta contra este regime, hipotecou solidariedade a Tancredo Neves. Este é o registro que fazemos, Sr. Presidente, com muita satisfação, por se tratar da unidade de todas as forças de oposição ao regime, lutando pela vitória de Tancredo Neves. Evidentemente que eleições diretas é o que desejamos em primeiro plano.

Também hoje, coincidentemente e contraditoriamente, esteve no gabinete do Sr. Paulo Salim Maluf a viúva do ex-Presidente Costa e Silva, D. Yolanda Costa e Silva. É um contraste. D. Maria Teresa, por estar doente, não pôde vir ao gabinete de Tancredo Neves, tendo mandado seus filhos, mas D. Yolanda veio em pessoa ao gabinete de Paulo Salim Maluf. V. Exª sabe, como sabe o mundo político brasileiro, que a carreira de Paulo Salim Maluf, a sua vida pública, teve início exatamente com um famoso colar que S. Exª ofereceu a D. Yolanda Costa e Silva.

Portanto, veja V. Exª que essa história de gastar dinheiro público com presentes, com flores, com jóias, rende. As pessoas ficam saudosas, principalmente as pessoas que já têm queda para isso; e D. Yolanda, evidentemente, tem tido essa manifestação, essa queda, esse apego a essas jóias, e essas coisas que o dinheiro público possibilita, porque é um dinheiro fácil de ser gasto — nós sabemos disso — e o cidadão Paulo Salim Maluf tem sido pródigo na malversação de dinheiro público.

De modo que, ao mesmo tempo em que registramos, com satisfação, o comportamento correto, politicamente elogiável da família João Goulart, denunciemos esse comportamento malufeiro da viúva do ex-Presidente Costa e Silva, que certamente retorna ao gabinete de Paulo Maluf em busca de mais alguma jóia. Se ontem ele pôde dar um colar de esmeraldas, etc., quem sabe S. Exª, agora, contando com dinheiro multinacional, não pode oferecer colar de rubi, de brilhantes ou de coisas mais valiosas que existem

Sr. Presidente, era este o registro que fazemos, para mostrar como a sociedade brasileira necessita de mudanças urgentes, sob pena de o dinheiro público continuar a enfeitar o pescoço de viúvas alegres, que continuam, afinal de contas, disputando a malversação do pobre e suado dinheiro do trabalhador brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jackson Barreto.

**O SR. JACKSON BARRETO** (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Depois das informações tão oportunas do nobre Deputado Elquisson Soares, lembro a esta Casa, também, que a viúva do saudoso Presidente Juscelino Kubitschek esteve aqui, nesta Casa, durante a Convenção do PMDB, registrando seu apoio e sua solidariedade à candidatura de Tancredo Neves.

Com esta informação, quero apenas mostrar a diferença entre primeiras damas, cujos esposos foram eleitos pelos votos populares, e as viúvas biônicas, as primeiras damas biônicas deste País.

Para Tancredo, ser homenageado pela família de João Goulart e pela família de Juscelino Kubitschek, é uma honra que qualquer candidato desejaria. Não acredito, porém, que seja uma honra para o Maluf, candidato do Governo, a visita da ex-primeira dama biônica, Dona Yolanda Costa e Silva, que através de um presente recebido, contribuiu para colocar na vida pública deste País, ajudou a fabricar, isso que está aí, que se chama Paulo Maluf.

Sr. Presidente, nosso assunto principal, nesta sessão do Congresso Nacional, é a leitura de um editorial do **Jornal do Sergipe**, sem dúvida um dos jornais mais lidos do nosso Estado, editorial intitulado: "João, ouça o povo". Quero dizer a esta Casa que o João citado nesse editorial é o João Alves, Governador do meu Estado, para que não haja, depois, alguma semelhança com outro João.

Diz o editorial:

#### João, ouça o povo

Embora, chamado à Brasília, onde certamente ouviu apelos de Figueiredo, no sentido de engajar-se definitivamente na campanha de Maluf, João Alves não assumiu qualquer compromisso, prometendo entretanto, ouvir as bases. Seu posicionamento não foi meramente retórico. A esta altura do jogo político, quem não está declaradamente com o Deputado paulista, pelo menos, está propenso a bandear-se para a nau capitaneada por Tancredo Neves.

A indefinição do Governador, ainda que não deva durar por muito tempo, tem pelo menos dois pontos positivos: o primeiro é que subtrai, tempora-

riamente, o Estado aos raios irados do Olimpo que poderá atingi-lo com retaliações, negando-lhe as verbas indispensáveis a sustentação de seu desenvolvimento. O segundo é o de permitir-lhes caminhar sintonizado com os sentimentos e preferências nutridos pelas bases eleitorais.

Resta porém, saber o que vem ser a ser essas tão decantadas bases. Será por acaso, a tagarelice dos chefes que viscejam à sombra do poder, de cujos favores cessam de locupletar-se? Ou merecerão tal qualificativo, aqueles que receberam mandato do povo, mas, o exercem no interesse exclusivo de suas ambições pessoais, acercando-se da *troupe* malufista, na esperança, "patriótica", de amealharem uma parte do dinheiro corruptor que ocorreu em cachoeira, na última convenção pedessista?

É preciso que o Governador esteja de olhos bem abertos, para não cair no conto da sereia confundindo pseudo-condutores com a vontade soberana do eleitoral. Para formar sua convicção e decidir-se por um dos postulantes ao Palácio do Planalto, João Alves deve dirigir suas consultas àqueles que o guindaram à chefia do Executivo estadual. Não lhe bastará ouvir prefeitos e vereadores submissos, comprometidos com aqueles que lhes deram os recursos que os elegeram e, por isso, lhes cobram fidelidade absoluta, mas, além deles, auscultar, como autêntico líder, o que fervilha na alma de seu povo. Esse Governador sabe o que quer, pois, quando quis mudanças, o escolheu para conduzir os destinos de Sergipe. Ele cansou dos aristocratas e dos bem nascidos que já deram sua contribuição e, foi buscar um nome saído de seu seio e testado no trabalho.

Ao invés de interrogar os coronéis aboletados no poder, vá beber na fonte desse poder. Pergunte ao povo, a gente simples que o elegeu, quem é o candidato que o País deseja no comando. Encomende uma pesquisa a uma entidade honesta e, com base nos resultados que ela oferecer, defina seu comportamento. Um líder, Governador, não caminha contra seus liderados e à reboque de quem não fala a linguagem das massas, mas, descobre-lhes a vontade, transformando-a em programa de trabalho e ação. Ouça o que pensa e quer o sergipano. Escute a voz daqueles que o consagraram nas urnas, desde o mais humilde ao mais graduado, e com eles vá ao Colégio Eleitoral, construir um novo Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

É notório e sabido que esta Casa sempre teve apreço pelo Presidente do Congresso Nacional, Sr. Moacyr Dalla, acatando e reconhecendo sua conduta à testa do Legislativo em nosso País.

Mas, neste momento, o Sr. Moacyr Dalla se encontra diante de uma encruzilhada, diante de um dilema fundamental, diante de uma decisão histórica como S. Ex<sup>a</sup> mesmo qualificou. E justamente esta decisão é que vai qualificar sua própria biografia.

O Sr. Moacyr Dalla poderá passar para a História como o homem que, num momento crucial, num momento decisivo, num momento afilativo da vida brasileira, permitiu, cedendo aos apelos da maioria maciça e esmagadora da população brasileira, que o Congresso Nacional livremente decidisse pela instauração de eleições diretas, livres e democráticas em nosso País.

O Sr. Moacyr Dalla se encontra diante desse dilema que pode engrandecer ou empanar definitivamente sua biografia. Poderá também o Presidente deste Congresso passar para a História como o homem que, sozinho, as-

sumiu a responsabilidade de contrariar a vontade de toda a Nação.

Não há dúvida nenhuma, Sr. Presidente, de que as recentes atitudes do Presidente deste Congresso estão a indicar, estão a apresentar indícios claros de que S. Ex<sup>a</sup> vem adotando manobras protelatórias, ensaiando avanços e recuos que, nos parecem nada mais objetivam senão o adiamento indefinido da Emenda Theodoro Mendes. Este adiamento interminável, este encomprimento sem fim de sua decisão, parece-nos que atende ao objetivo primeiro de S. Ex<sup>a</sup> e livrar da obrigação, não jurídica e política, mas acima de tudo da obrigação moral de colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes. Não há dúvida que mais e mais fatos vêm se somando para comprovar, para se acrescentarem a esses indícios, pois já são mais do que evidentes.

S. Ex<sup>a</sup> recentemente, declarou que já não mais considerava a necessidade de responder nesta semana sobre a decisão de colocar ou não em votação a Emenda Theodoro Mendes. Recusou-se a cumprir o prazo de 8 dias que ele mesmo se havia estabelecido. Há poucos dias os jornais noticiaram uma visita até não bem esclarecida, até hoje não bem explicada à opinião pública brasileira, uma visita ao Ministro do Exército, que nos pareceu uma visita encomendada, alguma coisa como que engendrada para montar um biombo e um pretexto para a recusa permanente de colocar em votação a Emenda Theodoro Mendes, e transferir a responsabilidade desta recusa a possíveis pressões militares.

Por outro lado, agora, S. Ex<sup>a</sup> se mostra inclinado a atender, obedecendo a uma estratégia malufista, a uma questão de ordem levantada pelo Senador Hélio Gueiros.

Ora, Sr. Presidente, todas estas indicações, todos esses fatos, todos esses indícios estão a nos revelar, estão a nos fazer ver, lúcida e claramente, que infelizmente o Presidente deste Congresso, o Sr. Moacyr Dalla, deseja encomprar, adiar, empurrar para diante a decisão de colocar ou não em votação a Emenda Theodoro Mendes. Em primeiro lugar, para eximir-se dessa grande responsabilidade histórica, responsabilidade, como disse, moral, jurídica e política de atender a um apelo maciço de toda Nação, mas já me parecendo também, a estas alturas, Sr. Presidente, que as intenções do Sr. Moacyr Dalla vão um pouco mais adiante. Parece-me que há o desejo de transferir para as Oposições, no futuro, a própria recusa de votação da Emenda Theodoro Mendes. Esse encomprimento indeterminado, essa extensão indefinida, esse adiamento interminável, na verdade também deseja fazer com que, depois de setembro, permaneça a polêmica sobre a Emenda Theodoro Mendes, no sentido de levá-la ao total esvaziamento, mas também com o objetivo de embaraçar a ação do candidato Tancredo Neves, na conquista de votos no Colégio Eleitoral. Esses objetivos, todos eles, já estão cada vez mais claros diante de nós. No entanto, consideramos um absurdo, absolutamente inaceitável, sob todos os pontos de vista, que apenas um homem assuma para si a responsabilidade de afrontar, de arrostar e de contrariar o sentimento e a vontade de toda a Nação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho.

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO** (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Renovo, nesta oportunidade, questão de ordem que apresentei esta semana, em sessão da Câmara dos Deputados. Sr. Presidente, é evidente que o dispositivo constitucional do art. 33 da Constituição, que regula o paga-

mento dos subsídios dos Deputados e Senadores, ao dispor no seu § 3º:

“§ 3º — O pagamento da parte variável do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do Congressista e à participação nas votações.”

Ora, Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem 548 membros, e para deliberar deveria ter o comparecimento de 225 Srs. Deputados e Senadores. Até há pouco tempo se notava, nestas duas Casas do Congresso, que o comparecimento se limitava às terças, quartas e quintas-feiras; atualmente nem mesmo nesses dias existe **quorum** para funcionamento das sessões do Congresso.

Sr. Presidente, nós que nos opomos há vinte anos de ditadura, sempre o fizemos na crença de que deveríamos lutar pelo exercício do regime democrático, na sua plenitude. Mas o exercício desse regime exige, basicamente, a responsabilidade daqueles que o exercem, e sobretudo daqueles que o exercem por delegação do povo.

Ao que sei, Sr. Presidente, os Srs. Deputados e Senadores estão sendo pagos recebendo subsídios integrais, como ainda há pouco, demonstrou um Sr. Deputado, a respeito do Sr. Deputado Paulo Salim Maluf, sem que compareçam efetivamente às sessões do Congresso Nacional. Alguns ainda se dão ao trabalho de passar pela portaria, outros nem isso fazem.

A reclamação, portanto, Sr. Presidente, e à Mesa do Congresso Nacional sendo idêntica à que fiz à Mesa da Câmara dos Deputados, para que a ela informe se está cumprindo, se vai cumprir ou se não vai cumprir o dispositivo Constitucional citado, que regula o pagamento dos subsídios.

Em seguida, Sr. Presidente, usarei da palavra, na forma regimental, para uma pequena comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — A Presidência vai anotar, porque não se trata de questão de ordem, evidentemente, vai anotar como uma reclamação e posteriormente o nobre Deputado terá as informações que estão sendo solicitadas no momento.

**O SR. OSWALDO LIMA FILHO** — Grato a V. Ex<sup>a</sup>

Sr. Presidente, inscrito na forma regimental, passo a fazer algumas considerações sobre a questão agrícola do País. Ha poucos dias, tive ocasião de denunciar, na Câmara dos Deputados, o que denominei como a política de terra devastada, que está sendo praticada neste País pelos Srs. Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, promovendo a redução do crédito rural, do crédito de custeio agrícola, promovendo a redução dos subsídios ao crédito rural e expliquei que essas medidas iriam determinar uma drástica redução da safra para 1985. Ao mesmo tempo, denunciei que os Srs. Ministros estavam promovendo a liberação das exportações dos estoques reguladores de alimentos do País. Conclui que, em virtude da clara derrota do candidato do PDS e do Governo, o Sr. Paulo Salim Maluf, à Presidência da República, esses Ministros, estão preparando uma política de terra devastada para o futuro Governo do nosso candidato, o Sr. Tancredo de Almeida Neves.

Sr. Presidente, todo dia eu recebo e encontro na imprensa, confirmação desta denúncia. Ainda agora, Sr. Presidente, no **Diário de Pernambuco**, de 3 de setembro, o Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco, Sr. Airson Lócio, militante do PDS, informa que em 1982 já haviam deixado de ser aplicados, no Estado, mais de 23 bilhões em crédito rural, em relação a 1980, e que essas sucessivas reduções iriam determinar uma drástica diminuição das safras agrícolas. Salienta ainda que, a partir de 1980 a 1982, o montante de crédito rural aplicado em Pernambuco sofreu reduções da ordem de 25%, enquanto que, no Sudeste e Centro-Oeste, essa redução foi de 7,5% e 12,5% respectivamente.

Sr. Presidente, não é só o Nordeste que sofre drasticamente as medidas irrefletidas ou deliberadamente ruins à agricultura, por parte dos Srs. Ministros da área econômica do Governo.

O Sr. Alysson Paulinelli, Presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, em publicação de 3 de setembro, na imprensa, denuncia também essa redução do abastecimento alimentar, no próximo ano, como resultado da diminuição do crédito rural, do crédito de custeio, o que tornou impossível a disponibilidade de recursos dos agricultores para o plantio da próxima safra.

Diz o Sr. Alysson Paulinelli, técnico especializado e altamente qualificado na matéria:

“Sem isto, sofreremos uma redução violenta na área de plantio.”

Ainda é aquele ilustre ex-Ministro da Agricultura, produtor e representante de produtores do Estado de Minas Gerais, quem demonstra que na Europa, onde a renda é 10 vezes mais do que no Brasil, não foi possível realizar o corte dos subsídios ao crédito agrícola.

“O Parlamento Europeu” teve de conceder mais recursos do que anteriormente previsto para subsidiar a safra do ano passado. A estimativa era de 15 bilhões e o financiamento subsidiado atingiu a 16,5 bilhões de dólares”.

Sr. Presidente, veja que os estados europeus, gozando de um bem-estar econômico e de uma economia desenvolvida, aplicam bilhões de dólares em subsídio ao crédito rural, enquanto no Brasil, para obedecer às imposições do Fundo Monetário Internacional, os Srs. Delim Netto e Ernane Galvêas sacrificam a produção agrícola e ameaçam de fome o povo brasileiro no ano de 1985 (Muito bem!)

**O Sr. Elquisson Soares** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Sr. Elquisson Soares para uma questão de ordem.

**O SR. ELQUISSON SOARES** (PMDB — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Todos os Srs. Congressistas, sobretudo os de Oposição, evidentemente, têm vindo à tribuna solicitar ao Sr. Presidente do Congresso Nacional a inclusão da Emenda Theodoro Mendes na pauta para votação. É um procedimento, hoje, rotineiro que, de certo modo, até demonstra a fraqueza do sistema que não comanda seus Senadores nem seus Parlamentares, porque se comandasse poderia colocá-los aqui para dar **quorum**, para que V. Ex.<sup>a</sup>

pudesse fazer leitura de mensagens e até, quem sabem aprovar alguma matéria.

Queremos demonstrar, portanto, o nosso compromisso, Sr. Presidente, de não permitir a leitura de qualquer mensagem nem aprovação de qualquer matéria, enquanto persistir esta incompreensível atitude do Congresso Nacional, a de negar andamento à matéria que está pronta para entrar na pauta, apenas porque, que me perdoe o Presidente do Congresso, o Sr. Paulo Salim Maluf não tem o menor interesse por isso e o Congresso Nacional tampouco, jungido a essa vontade neste instante, embora contrariando a vontade de toda a Nação brasileira. Por essa razão, nos termos do Regimento Comum, pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que suspendesse a sessão por absoluta falta de **quorum** para leitura ou aprovação de qualquer matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) V. Ex.<sup>a</sup> tem razão. É evidente a falta de **quorum** e a Presidência vai suspender a sessão, antes, porém, nos termos do art. 55, § 1º, **in fine**, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 34, 35, 36, 37, 38 e 40, de 1984-CN.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

## Ata da 254ª Sessão Conjunta, em 6 de setembro de 1984

### 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Raimundo Parente.

#### ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Marco Maciel — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Gastão Müller — José Fragelli — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alécio Dias — PDS; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS, Francisco Sales — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Lúcia Viveiros — PDS; Sebastião Curió — PDS.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; José Ma-

ranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Manoel Affonso — PMDB.

##### Sergipe

Augusto Franco — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

##### Bahia

Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Etelvir Dantas — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penado — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.



**Espírito Santo**

José Carlos Fonseca — PDS; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

**Rio de Janeiro**

Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Alvaro Valle — PDS; Amaral Netto — PDS; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Genoino — PT; Mário Hato — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli

— PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goias**

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Bento Pôrto — PDS; Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PDS; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

**Paraná**

Alencar Furtado — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Ítalo Conti — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

**Rio Grande do Sul**

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin —

PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

**Amapá**

Antônio Pontes — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

**Roraima**

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 44 Srs. Senadores e 223 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

**O Sr. Elquisson Soares** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Para uma questão de ordem tem a palavra o nobre Deputado Elquisson Soares.

**O SR. ELQUISSON SOARES** (PMDB — BA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas para invocar o Regimento Interno.

É lamentável essa atitude que assumimos de permitir, é verdade, a leitura da lista de presença anunciando uma quantidade enorme de Parlamentares na Casa quando, em verdade, o Plenário está vazio. Por essa razão, sabendo da seriedade de V. Ex<sup>a</sup> no cumprimento regimental, pedimos a suspensão da sessão por absoluta falta de **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Vou suspender a sessão, mas antes convoco sessão conjunta a realizar-se segunda-feira, às 11 horas, neste plenário, destinada à leitura de Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 1984, que altera, acrescenta e suprime dispositivos da Constituição.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 35 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 9200Q1-2, a favor do.

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF  
CEP 70 160

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 07/1203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00**